



OS NEGROS LIVRES/ESCRAVOS NOS CORPOS DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

André Prietto¹

RESUMO

Este estudo analisa o contexto da Guerra do Paraguai, identificando-se os envolvidos e os interesses que se confrontaram. Apresenta as posições dos autores Jorge Prata de Sousa, Julio José Chiavenato e Ricardo Salles quanto ao papel dos negros livres, dos escravos e do Exército brasileiro no conflito. Através do método comparativo, a seguir contrapõe as posturas dos referidos autores acerca do conflito, identificando suas semelhanças ou diferenças.

Palavras-chave: Guerra. Voluntários da Pátria. Escravo.

INTRODUÇÃO

A participação dos “Voluntários da Pátria” na Guerra do Paraguai (1864-1870) já suscitou acirrados debates na historiografia brasileira. Alguns autores têm buscado mais recentemente aprofundar os estudos sobre a participação dos negros, livres ou escravos, nas fileiras do exército. Nesta direção, este trabalho pretende contribuir com a historiografia referente ao tema, através de um aprofundamento do debate sobre a atuação dos negros livres, dos escravos e do exército na Guerra do Paraguai.²

Os estudos que abordam temas concernentes à história e cultura afro brasileira estão em voga no Brasil, principalmente devido à demanda atual produzida pela Lei 10.639/03, que trata sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, alterada pela Lei 11.645/08, que o torna obrigatório nas escolas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o médio.

Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre o tema dos negros na Guerra do Paraguai. Já foram realizadas algumas pesquisas sobre os Voluntários da Pátria, porém

¹ Graduado pela Faculdade Porto-Alegrense (Porto Alegre, RS, Brasil), Pós-Graduado em História Africana e Afro-brasileira pela mesma instituição. Atualmente, professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e da Rede Municipal de Educação do Município de Gravataí/RS. E-mail: anprietto@gmail.com

² A pesquisa que resultou neste artigo foi realizada durante o curso de Pós-Graduação em História Africana e Afro-Brasileira na Faculdade Porto-Alegrense, e boa parte dela integrou o Trabalho de Conclusão de Curso, no ano de 2013, sob a orientação da Profa. Dra. Véra Lucia Maciel Barroso.



poucas direcionadas àquela parcela da população. Não tem a pretensão de trazer novidades, pois não foi pesquisado em fontes primárias. Buscará quais as contribuições dos principais autores que já trataram sobre o assunto, realizando uma revisão historiográfica.

Será abordada a participação dos negros, não apenas escravos, como também livres, reconhecendo sua presença nas tropas como sujeitos históricos que atuaram ativamente na sociedade, fugindo do estereótipo do negro escravizado e submisso. O exército também será analisado, devido à necessidade de apresentar as contradições geradas na instituição, com a inserção das camadas populares em sua gestação durante a Guerra do Paraguai.

Foram selecionados três autores e suas principais obras que tratam sobre o tema, para efetuar uma revisão historiográfica. De Julio José Chiavenato, foram escolhidas duas obras. Em “O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai” (1983), o autor inicia tratando de como se formou o mercado de escravos africanos no Brasil Colônia, e vai até a Abolição, ressaltando o processo de embranquecimento da sociedade. Em uma segunda obra do mesmo autor, “Voluntários da Pátria e outros mitos” (1980), ele trata de diversos assuntos que haviam sido mistificados pela historiografia tradicional, inclusive relacionados à Guerra do Paraguai, e busca derrubar a falsa ideia de voluntarismo patriota dos recrutados pelo Império.

Jorge Prata de Sousa, em sua obra “Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai” (1996), seguiu a linha de pensamento de Chiavenato, mas foi além. Realizou um levantamento de dados que possibilita quantificar a presença dos negros brasileiros no conflito e analisou a reação da sociedade ao recrutamento coercitivo.

Ricardo Salles, em “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército” (1990), analisa aspectos políticos e econômicos das nações envolvidas, para auxiliar na compreensão do conflito, e aprofunda a análise sobre as Forças Armadas em geral, e sobre os debates entre membros da cúpula do Estado Imperial.

O problema de pesquisa deste trabalho será buscar quais as semelhanças ou diferenças de abordagem dos autores Sousa, Chiavenato e Salles a respeito do papel dos negros livres, dos escravos e do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). Como hipótese inicial, foi levantado que Sousa e Chiavenato se assemelham muito na análise da participação dos negros no conflito. Salles faz um contraponto aos dois autores quanto a esta parcela da população, e apresenta o Exército como uma instituição que acolheu tanto negros livres como escravos, tornando-se uma alternativa de ascensão social. Já Sousa e Chiavenato distoam da ideia de Salles quanto ao Exército, e com um olhar mais crítico, discordam da glorificação da instituição.

Para tanto, buscará analisar qual o papel dos negros livres, dos escravos e do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Em primeiro lugar, torna-se imprescindível uma análise do



que foi a Guerra do Paraguai, de quais nações se envolveram e quais os seus interesses. Após, apontará as posições dos autores Sousa, Chiavenato e Salles quanto ao papel dos negros livres, dos escravos e do Exército brasileiro. Por último, serão comparadas as posturas dos referidos autores sobre os três aspectos, identificando suas semelhanças ou diferenças.

Os negros, enquanto escravos, sofriam a coerção de seus senhores, e como livres, soldados, continuaram sob as vistas de seus oficiais superiores. Ao analisar esta contradição social, devemos lembrar Marx, que dizia que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta [...]” (MARX; ENGELS, 1999, p. 7). Este princípio da luta de classes, é que será o fio condutor deste trabalho.

Para este trabalho, os conceitos de guerra, voluntário da pátria e escravo são fundamentais. O conceito de guerra, segundo Umberto Gori (in BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 572), se caracteriza por “atividade militar”, ambiente tenso entre a população, alterações jurídicas e maior “integração política dentro das estruturas estatais” dos povos envolvidos.

O conceito de Voluntários da Pátria, é tratado por Sousa (1996, p. 14), como “indivíduos de diferentes classes sociais”, recrutados pelo Império brasileiro durante a Guerra do Paraguai, não raro através do uso da coerção, o que levanta questionamentos quanto à distorcida visão de voluntarismo que a historiografia oficial tratou de forjar.

O conceito de escravo, segundo Eduardo França Paiva, “[...] significou ser propriedade privada de outro e, no caso das mulheres escravas, significou dar sucessão à prole cativa” (2002, p. 2). O escravo era tratado de formas diferentes, se compararmos as sociedades tradicionais africanas com a sociedade escravista brasileira até a abolição, em 1888. O negociante europeu tratava o cativo como uma mercadoria, assim como o seu senhor que o adquiria, e dependia da exploração de sua mão-de-obra.

Este trabalho será desenvolvido com base no método comparativo. Através dele, é que “podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 1).

Através deste método, será comparada a abordagem dos autores Sousa, Chiavenato e Salles sobre o papel dos negros livres, dos escravos, e do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, para aprofundar o debate sobre o tema.



A seção em sequência a esta, aborda o contexto da Guerra do Paraguai, e busca identificar os envolvidos e os interesses que se confrontaram. Antes de entrar na questão da formação das tropas do Império, é de suma importância situar o contexto social, político e econômico da região platina, analisando quais os objetivos de cada uma das nações envolvidas, e como se deu a formação de alianças que levou ao estopim do conflito.

A seção 3 trata das posições de cada um dos autores Sousa, Chiavenato e Salles sobre o papel dos negros livres, dos escravos e do Exército brasileiro.

Por último, na seção 4, serão retomadas as ideias dos referidos autores sobre os três aspectos, e comparadas suas posturas, identificando semelhanças ou diferenças de abordagem.

O CONTEXTO DA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870): OS ENVOLVIDOS E OS INTERESSES EM CONFRONTO

Para entender como se deu a Guerra do Paraguai, é indispensável retroceder alguns anos antes do estopim do conflito. Para tanto, devemos tratar principalmente dos conflitos ocorridos no interior da Argentina e do Uruguai do final da década de 1850 até a de 1860, pois eles têm profunda ligação com os acontecimentos que levaram à declaração de guerra de Solano López ao Império do Brasil e à Argentina e à efetivação da formação da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Urquiza, no governo da Confederação Argentina desde o início da década de 1850, reformulara o modelo federalista, através do Acordo de San Nicolás, em 1852, igualando os direitos políticos e econômicos da província de Buenos Aires aos das demais, abrindo o Rio da Prata à navegação internacional (BANDEIRA, 1985, p. 151). Mas isso feria os interesses da burguesia portenha, pois perdiam benefícios para as províncias do interior, e acabou resultando na separação do governo de Buenos Aires da Confederação. Evitando uma guerra civil, Urquiza mudou temporariamente a capital para a “[...] Província de Entre Rios, e esta situação anômala, em que Buenos Aires, como Estado autônomo, coexistiu com a Confederação Argentina, durou até 1859.” (BANDEIRA, 1985, p. 152).

O Império do Brasil,

[...] embora se aparentasse, ideologicamente com os unitários e liberais de Buenos Aires, [pendeu inicialmente], por motivos pragmáticos, [para] o governo de Urquiza, com o qual se comprometera, de um modo ou de outro, desde a campanha contra Rosas. [...] [Era] interesse do Brasil sua vitória sobre Buenos Aires, reincorporando-se à Confederação Argentina, o que também seria um meio de tornar válidos e efetivos todos os tratados com ele celebrados (SOUZA, 1944; PRO, 1858 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 216).



Já Paranhos, quando assume o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, firma em 1857 um acordo com a Confederação Argentina de apoio à luta para submeter o Estado de Buenos Aires, em troca de Aliança contra o Paraguai. Porém, como o Império negara um empréstimo e intervenção direta, Urquiza recorreu ao Paraguai de Carlos Antonio López, que enviara o então General Francisco Solano López para intermediar “[...] a reintegração de Buenos Aires na Confederação Argentina, assentada, afinal, com o pacto de San José de Las Flores, em 11 de novembro de 1859.” (BANDEIRA, 1985, p. 217). Mas o que foi decisivo para o estabelecimento do pacto, foi a presença do Ministro britânico Edward Thornton, que buscou solucionar a crise a favor da manutenção dos interesses londrinos (BANDEIRA, 1985, p. 248).

Mas persistia a divisão do poder, com a Confederação privada da economia de Buenos Aires (renda aduaneira), e esta província dependia do Estado para desenvolver o processo de acumulação de capital. Buenos Aires, sob o comando do Gen. Bartolomé Mitre, derrotou a Confederação em 17 de setembro de 1861, e Urquiza recuou para a Província de Entre Rios, e negociou com seu algoz, que assumiu em abril de 1862 o Poder Executivo Nacional, reorganizando o país, agora República Argentina. Porém, os interesses burgueses portenhos exigiam que barrasse as forças federalistas e todas influências externas. “Isto significava a necessidade de conter, senão de aniquilar o Paraguai, que se fortalecia e se articulava com Entre Rios e Corrientes [Províncias argentinas], e expulsar os *blancos* da administração de Montevideo, buscando, simultaneamente, aproximar-se do Império do Brasil” (BANDEIRA, 1985, p. 219).

E, de fato, foi o que Mitre fez. Em 1863, patrocinou a campanha do *colorado* General Venâncio Flores para tomar Montevideú através da luta armada.

O Uruguai era na época uma área de grande importância estratégica, com o porto de Montevideú como alternativa tanto para o Paraguai, como para as Províncias argentinas, em contraposição ao de Buenos Aires. “Desde a revogação, em 1859, da lei de direitos diferenciais do Governo de Urquiza, [o porto de Montevideú] tornara-se o principal escoadouro das mercadorias oriundas de Entre Rios e Corrientes.” (BANDEIRA, 1985, p. 220). Para além de uma alternativa comercial, esse porto tornou-se um ponto de convergência política da resistência federalista da Argentina.

Bernardo Berro, presidente *blanco* do Uruguai desde 1860, exigiu que todos os peões que entrassem no Uruguai apresentassem carta de alforria. Isto impedia a todos os estancieiros brasileiros que possuíam terras no país na região próxima à fronteira com o Rio Grande do Sul de utilizar mão-de-obra escrava. Além disso, determinou que os contratos de trabalho de estrangeiros não excedessem em seis anos. Além disso, “[...] negou-se a renovar o Tratado de Comércio e Navegação [com o Império do Brasil], que expirou em 12



de outubro de 1861, e, ao desembaraçarem-se-lhe as mãos, instituiu o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul [...]”, quando cerca de 75% do gado fornecido às charqueadas desta província provinham de terras Orientais (BANDEIRA, 1985, p. 221). Estes estancieiros brasileiros reforçaram os contingentes do General Flores, e pelas represálias que sofreram pelo governo uruguaio por participar do levante, recorreram ao Governo Imperial.

Mas, com o Império, na verdade, a questão ia além dos problemas com os estancieiros brasileiros em território uruguaio. O Estado Oriental já havia empenhado à França e à Grã-Bretanha, a título de indenização pelas perdas ocasionadas “[...] aos súditos daquelas duas potências pelas guerras civis, todas as rendas de sua aduana, já hipotecadas, desde os Tratados de 12 de outubro de 1851, ao Império do Brasil, que alegava, por isto, o direito de propriedade” (AHI, 1861; Revista Histórica, nº 55-57 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 228).

Berro, diante da possibilidade de aliança entre o Brasil e a Argentina, “[...] despachou Juan José Herrera para negociar com Carlos Antonio López o estreitamento de suas relações econômicas e políticas, à base da transformação de Montevideo no porto de Assunção” (TEIXEIRA SOARES, 1956; LICANDRO, 1967 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 222).

A Grã-Bretanha estava presente na região, e desejava que a paz entre as nações na região do Prata fosse mantida, para não causar mais transtornos no mercado local. Além disso, como haviam muitos interesses britânicos na República Oriental, que constantemente solicitavam ao Parlamento intervenção diplomática, não restou alternativa à nação europeia senão agir para evitar maiores problemas aos seus súditos (FERNS, 1969 *apud* POMMER, 1980, p. 93). Para a Coroa inglesa era indispensável a manutenção da autonomia uruguaia, a fim de se evitar que o Brasil ou a Argentina obtivessem o domínio sobre o acesso à bacia platina.

O ministro inglês Edward Thornton propôs ao chanceler uruguaio Herrera, em 29 de dezembro de 1863, que seu Estado deixe o navio Villa del Salto navegar na região apenas como navio mercante, e não se arme para uma guerra, garantindo assim uma livre navegação apenas a este navio uruguaio (ADAMS, 1917 *apud* POMMER, 1980, p. 93). Com esta atitude, buscou Thornton evitar que eclodisse a guerra entre Uruguai e Argentina, porém, Herrera recusou-se a submeter-se a tal humilhação ante seu vizinho.

Quando os ânimos com Buenos Aires se acirraram, o presidente uruguaio Berro optou por López como intercessor dos conflitos, ao invés de D. Pedro II, que havia sido sugerido por Andrés Lamas, então Plenipotenciário do Uruguai. Porém, desagradou também a Mitre, que já via com maus olhos a aproximação dos orientais com o Paraguai.



Para o Brasil, o *colorado* Flores era uma possível alternativa para maior acesso ao Uruguai, e isto foi o que aproximou o Governo do Rio de Janeiro ao do de Buenos Aires, pois sem controlar Montevideo, o Império “[...] dificilmente teria meios de impor ao Paraguai e à Bolívia a linha de fronteira, que pretendia, mesmo se abrisse o caminho terrestre mais curto para a Província de Mato Grosso e lá concentrasse tropas e material bélico, de acordo com a sugestão do Ministro Duarte da Ponte Ribeiro em 1862” (AHI, 1862 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 227).

Porém, nem o Império e nem a Argentina desejavam guerrear com o Paraguai, mas tinham voltadas as suas atenções a Montevideú, que barrava a hegemonia brasileira sobre o Uruguai, e disputava com Buenos Aires a referência como polo político e comercial.

O Paraguai já tinha questões diplomáticas pendentes com o Império do Brasil, principalmente devido à concorrência da erva mate. Os problemas aumentaram, quando em 1862 o mercado começou a saturar e levou à desvalorização do produto, fato que “[...] coincidiu com o fim da moratória de seis anos, estabelecida pelo Tratado de 6 de abril de 1856, para a solução do litígio em torno das fronteiras, sob o qual a disputa da “área mais rica dos ervatais paraguaios” se camuflava” (LINHARES, 1969 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 225).

A erva era o principal produto de exportação do Paraguai, e Solano López assumira a presidência naquele mesmo ano e era um dos principais produtores. Como a república se encontrava em processo de expansão da sua militarização, era urgente que tratasse de expandir seu mercado, para dar continuidade no processo de acumulação de capital. Como Buenos Aires já era seu principal centro comercial, para alcançar seu objetivo, deveria buscar o predomínio em Montevideú, mercado que o Brasil ainda dominava.

O Brasil necessitava de saída para o mar, para escoamento de produtos do Mato Grosso, então isolado, quando o transporte de mercadorias levava seis meses de viagem por terra (POMER, 1980 *apud* SOUSA, 1996, p. 32). A redução do comércio daquela província com a do Pará, com a extinção da Cia. Grão-Pará e Maranhão, no séc. XVIII, levou à concentração do mercado com a região Sudeste (CORREA, 1975 *apud* SOUSA, 1996, p. 32). A região do Prata era então uma área de “necessidade econômica do Império” e de busca de integração do Mato Grosso, que permanecia isolado.

O Império brasileiro

[...] já cuidava de acercar-se de Mitre e, desde o final de 1859, começara a concentrar tropas e navios de guerra a vapor na Província do Rio Grande do Sul, onde também mobilizara as milícias da Guarda Nacional, em face do estreitamento de relações entre Urquiza e López e da perspectiva de vitória dos blancos, no Uruguai, possibilitando a formação de uma aliança das Repúblicas do Rio da Prata contra o Brasil, proposta nas reuniões de San



José de las Flores pelo General Carlos Guido (REVISTA HISTÓRICA, 1953 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 226).

Igualmente para Buenos Aires, interessava além de derrubar Urquiza e conter as províncias de Entre Rios e Corrientes, “[...] sopear o Paraguai, que era, em certo sentido, exemplo e estímulo para as tendências federalistas ainda vigorosas, [...] [o que] [...] poderia constituir a base de outra Confederação, adversa à República Argentina” (BANDEIRA, 1985, p. 227).

Logo que iniciou o levante dos colorados em 1863, o Império do Brasil ainda passava por uma crise, que ocasionou problemas diplomáticos com a Grã-Bretanha, rompendo as relações entre os dois. Por isso, e por seus antigos laços com o governo *blanco* de Berro, manteve-se inicialmente neutro, mas logo tratou de orientar as autoridades de fronteira, a fornecer contingentes das milícias de Davi Canabarro para auxiliar os rebeldes *colorados* de Flores (AGN-U, 1863 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 231).

No início de 1864, terminou o mandato de Berro no Uruguai, e assumiu o *blanco* mais extremado Aguirre, enquanto no Brasil, Zacarias de Goes e Vasconcelos, líder do Partido Progressista, assumiu o novo Gabinete, “[...] e o Brigadeiro honorário Antônio de Souza Neto, saladeirista e estancieiro no Uruguai, aparece no Rio de Janeiro, a reclamar a intervenção contra o Governo de Montevideo, por modo a coibir supostos maus tratos e perseguições aos brasileiros residentes naquele país” (BANDEIRA, 1985, p. 231).

Diante do contexto diplomático, o Brasil não teve outra opção que intervir, para apressar o desenrolar dos acontecimentos, pondo um fim na guerra civil, não apenas em defesa dos brasileiros residentes em território Oriental, mas do próprio comércio brasileiro na região. Para tanto, o Conselheiro José Antônio Saraiva fora enviado pelo Império em maio de 1864 a Montevideo, a fim de “[...] exigir “reparação aos agravos” supostamente sofridos por súditos brasileiros e, caso não a obtivesse, ordenar a execução de represálias.” (BANDEIRA, 1985, p. 233). Diante desse contexto, o Paraguai já tratou de declarar que não consentiria que tropas brasileiras invadissem o território uruguaio, mas “[...] “devido ao predomínio das forças navais do Brasil no Rio da Prata”, era praticamente impossível socorrer Montevideo” (LOPEZ, 1969 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 250). Era inviável enviar soldados para apoiar, pois poria em risco a frota, nem poderia enviar recursos financeiros, pois necessitaria deles para a provável guerra que estava por vir contra a Argentina e o Império brasileiro.

Porém, Solano López, como observava que os aliados *blancos* não durariam muito tempo, se adiantou. Por volta de 14 de outubro de 1864, “[...] ordenara a captura do navio Marquês de Olinda, que transitava, através do Rio Paraguai, com destino a Mato Grosso, e rompera as relações diplomáticas com o Governo Imperial” (BANDEIRA, 1985, p. 254). Na verdade, sua atitude não fora com o intuito de auxiliar o Uruguai, mas de ocupar a região



fronteira do Mato Grosso, rica em ervatais, a fim de obter vantagens para negociar o tratado de limites com o Brasil. Além disso, tendo o controle do porto de Corumbá, na Província de Mato Grosso, garantiria o acesso ao oceano Pacífico, através da Bolívia e do Peru, no caso de bloqueio do Rio da Prata pela marinha brasileira. Solano enviou expedição à Bolívia para abrir a estrada do caminho de Chiquitos, e ainda “[...] concedeu proteção e garantia, além de transporte gratuito em navios paraguaios, aos comerciantes da Bolívia que realizassem transações pela rota de Corumbá” (BOLETIM DE HISTÓRIA, n. 6; QUELL, 1973 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 255). Através dessa rota, no decorrer da guerra, o presidente boliviano General Melgarejo permitira passar armamentos vindos dos Estados Unidos endereçados ao Paraguai.

Diante do massacre promovido pelo bombardeio da cidade uruguaia de Paysandu, pelas tropas de Flores e pelos navios das frotas do brasileiro Tamandaré, Aguirre por “[...] decreto, tomou um empréstimo forçado de 500.000 patações ao Banco Mauá e ao Banco Comercial, tornando obrigatória e legal a circulação de suas notas [...]” (PRO-RO, 1864 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 253). Mas quando os canhões de Tamandaré chegaram a Montevideo, em fevereiro de 1865, o próprio Senado acabou tomando a iniciativa, elegendo Tomás Villalba como Presidente, que passou o poder a Flores em seguida.

Quando as tropas de López partiram em direção à Província do Rio Grande do Sul, Mitre lhe negou a passagem pelo território argentino de Misiones. A única saída que restou ao Presidente paraguaio foi declarar guerra ao vizinho, em março de 1865, e invadir a Província argentina de Corrientes.

Através de negociações, Brasil e Argentina decidiram assinar o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, comprometendo-se a “[...] respeitar sua independência, soberania e integridade territorial, [...] [e] fixaram as lindes que exigiriam do futuro governo do Paraguai, após a destruição de López” (PRO-FO, 1866 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 258-259). Caberia à Argentina, a região do Grande Chaco e a Província de Misiones, enquanto ao Império brasileiro, caberia um terço do território paraguaio, incluindo a região rica em produção de erva mate. O Uruguai, no entanto, mesmo participando da campanha, embora com menor peso, não receberia nenhuma faixa de território.

Para o início do conflito como forma de custear a compra de armamentos, o Brasil tratou de financiar à Argentina em torno de 2 milhões de dólares, e ao Uruguai, 800.000 (SOARES, 1956 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 260), sendo a partir daí, o restante do financiamento para a campanha contra o Paraguai a cargo de Mauá e dos banqueiros britânicos. A garantia dos recursos das casas Rothschild e Baring Brothers (CASTRO, 1979 *apud* BANDEIRA, 1985, p. 260) foi fundamental para os aliados manterem os gastos durante o conflito.



Embora a diplomacia britânica buscasse mediar os conflitos a fim de restaurar a paz, sua simpatia pendia mais para o lado dos aliados do que para o do Paraguai. Afinal, suas relações econômicas eram muito mais significativas com o Brasil e com a Argentina. Já a França, tinha voltadas suas atenções ao Paraguai, e já possuía fortes vínculos comerciais com Montevideo dos *blancos*, aliados de López. Todavia, enquanto os britânicos e os franceses declaravam oficialmente certa neutralidade (BANDEIRA, p.267), os EUA forneceram suporte às intenções do Paraguai. O Ministro norte-americano Charles Washburn, já havia prometido ajuda ao Paraguai no caso de combate com o Brasil, desde 1862, quando Solano López assumiu a Presidência, e durante o conflito, recebera de López grandes quantias em dinheiro para negociar armas (BANDEIRA, 1985, p. 256, 268).

Embora tenha havido grande participação econômica dos europeus no conflito, não fomentaram a guerra a fim de derrubar um suposto modelo econômico autônomo no Paraguai. Afinal, as relações deste com a indústria britânica eram muito próximas desde o tempo de Carlos Antônio López, pai de Solano, que contratou:

[...] a empresa Blyth & Co. como seu agente para comprar armamento na Europa, a fim de nela treinar jovens paraguaios e recrutar técnicos europeus para irem ao Paraguai. Por meio dela, o Estado paraguaio contratou, entre 1850 e 1870, cerca de 250 técnicos europeus, dos quais 200 britânicos. Destes, William K. Whytehead tornou-se engenheiro-chefe do Estado paraguaio, enquanto, no Exército, William Stewart se tornou cirurgião-chefe, e George Thompson engenheiro-chefe (DORATIOTO, 2006, p. 254-255).

AS POSTURAS DOS AUTORES JORGE SOUSA, RICARDO SALLES E JULIO CHIAVENATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS LIVRES, DOS ESCRAVOS E DO EXÉRCITO NA GUERRA DO PARAGUAI

Nesta seção serão apresentadas as perspectivas de Sousa, Salles e Chiavenato sobre a Guerra do Paraguai. Entre os negros livres, estão compreendidos tanto os negros que já nasceram livres, como os escravos que conquistaram a liberdade antes do conflito, sem o objetivo de serem recrutados. Quanto aos escravos, entende-se como os que foram alforriados para serem incorporados às tropas de Voluntários da Pátria. Sobre o Exército, serão abordadas todas as questões referentes à instituição.

A GUERRA DO PARAGUAI NA PERSPECTIVA DE JORGE SOUSA

O autor Jorge Prata de Sousa, em sua obra “Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai” (1996), realizou uma reconstituição do debate entre as autoridades sobre o recrutamento, além de abordar as opiniões e reações da própria



sociedade em geral. Buscou também quantificar a participação de escravos no Exército Imperial.

Sobre a participação dos negros livres, o autor afirma que o escritor Joaquim Manoel de Macedo defendeu a ideia de que deveria-se garantir que o liberto estivesse nesta condição há pelo menos três anos. Segundo Sousa, o objetivo seria “[...] manter à disposição da lavoura a mão-de-obra dos libertos [...]” (1996, p.47), visto que eram constantemente utilizados para preencher lacunas na mão-de-obra agrícola.

Segundo o discurso do Barão de São João de Rio Claro, de São Paulo, “[...] a província já sente grande desfalque de braços. A produção tem diminuído, como se nota pela arrecadação fiscal geral e provincial [...]” (Anais da Câmara dos Deputados, 1866 *apud* SOUSA, 1996, p. 47). E sua explicação era que aqueles que trabalhavam na pequena lavoura, ao perceberem que seus vizinhos eram poupados por ajudar na campanha eleitoral, com medo de serem recrutados, tratavam de refugiar-se nas matas. Os abusos ocorriam seguidamente, como prova o discurso de um deputado no Nordeste, em que o livre é utilizado como mão-de-obra gratuita: “[...] se não quiserdes sujeitar-vos a qualquer destes serviços, então vinde trabalhar gratuitamente nas minhas culturas que eu vos isento do ônus de voluntários e do recrutamento” (*idem apud* SOUSA, 1996, p. 49).

O deputado Tavares Bastos propôs uma reforma de lei para os contratos de parceria e locação de serviços, que visava a garantir o liberto à lavoura, e adaptar a mão-de-obra livre nacional tanto à guerra, como à substituição da mão-de-obra escrava (Anais da Câmara dos Deputados, 1861 *apud* SOUSA, 1996, p. 49). Segundo o autor, esta proposta era confusa, pois os libertos sem contratos na lavoura eram vistos como vadios, e propunha sua regularização para enviar o trabalhador livre ao serviço militar. Assim como a economia necessitava da mão-de-obra, as forças armadas precisavam repor as baixas na guerra.

As ofertas de abonos e pensões já não atraíam mais os voluntários. Por isso, o governo teve de recorrer ao recrutamento de escravos – o segundo aspecto a ser analisado de Sousa.

Através de votação no Conselho de Estado, o governo tratou de determinar em novembro de 1866, quais os escravos deveriam ser alforriados para a guerra. Decidiu-se pelos escravos da nação e suas mulheres, cabendo aos particulares 10% de seu total, desde que seus senhores permitissem, mediante indenização. Porém, na Província do Rio de Janeiro, em 1867, o autor levantou 140 ocorrências policiais de escravos aprisionados sem o consentimento de seus senhores, que reclamavam a posse (A.P.E.R.J., 1867 *apud* SOUSA, 1996, p. 66-67).

Escravos que haviam sido enviados por seus donos ao Calabouço para serem castigados pelas autoridades, passaram a ser enviados pela Secretaria de Polícia à guerra,



para reduzir o número de presos e reforçar as tropas nas batalhas. Entretanto, entre os anos de 1866 e 1867, a frequência de pedidos de senhores para retirar seus escravos do Calabouço cresceu consideravelmente: desta forma, precaviam-se de que sãs propriedades fossem enviadas à guerra (Registro de ofícios do Calabouço, 1866/1867 *apud* SOUSA, 1996, p. 71).

Diversos foram os casos em que escravos fugitivos ofereceram-se aos recrutadores como livres, em busca da dignidade de vestir uma farda militar, mesmo que representasse grande perigo de vida. Além do soldo e das gratificações, o Império prometia “[...] 22.500 braças quadradas de terra nas colônias militares ou agrícolas. Ora, se tal disposição foi alguma vez efetivada, os historiadores ainda não encontraram dados que o comprovem” (IHGB, 1865 *apud* SOUSA, 1996, p. 72).

O fato de escravos fugirem da escravidão para assentar praça não deve ser visto como um ato pátrio, e sim como uma forma que vislumbraram de escapar do cativeiro. Mesmo quando eram libertos regulamente e retornavam da guerra livres, em alguns casos eram perseguidos por seus senhores para serem reescravizados (Casa de Correção, 1866/1869 *apud* SOUSA, 1996, p. 72).

Sobre o terceiro aspecto – o papel do Exército, o autor diz que a versão da historiografia do pós-guerra influenciou a republicana em dois aspectos: o Exército recebeu o mérito pela vitória na guerra, e o resgate da pessoa de D. Pedro II e seu corpo diplomático, com um importante trabalho (SOUSA, 1996. p. 24). Tratou-se de um reaproveitamento, e não uma ruptura.

Ocorriam desentendimentos entre as próprias autoridades recrutadoras, como o “[...] subdelegado de Nossa Senhora do Rio Preto, [que] teve guardas nacionais sob o seu comando recrutados, sem a sua autorização, pelo subdelegado de Paraíba do Sul” (A.P.E.M.G.; A.P.E.R.J. *apud* SOUSA, 1996, p. 61). O município mineiro possuía muitos escravos, o que exigia policiamento para a manutenção da ordem, e com isso, as autoridades agradavam aos interesses dos proprietários de escravos.

A Força Expedicionária, que tinha o objetivo de proteger a fronteira do Mato Grosso, representou o caos da deserção em função da desorganização do Exército Imperial. O coronel Drago, comandante das tropas de São Paulo, reclamava das deserções, das doenças e da falta de apoio tático do comando superior. Já o coronel Galvão, de Minas Gerais, reclamava do silêncio do Ministério da Guerra, diante de seus apelos desde que assumiu o comando, pois faltavam alimentos, roupas, cavalos e soldos (IHGB, 1865-1866 *apud* SOUSA, 1996, p. 62).



AS POSTURAS DE RICARDO SALLES SOBRE O CONFLITO

Ricardo Salles, em sua obra “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército” (1990), apresenta uma visão de recrutamento mais brando, com o exército como uma instituição que foi formada com base na cidadania e igualdade de direitos.

Salles afirma que havia grande contingente de negros livres no Império à época do conflito, disponível para ser recrutado. Em 1872, a população negra ou mulata livre era de 4.200.000, enquanto 3.800.000 eram brancos, e 1.500.000 eram escravos (KLEIN, 1979 *apud* SALLES, 1990, p. 77).

Embora sendo o recrutamento forçado, a criação da “[...] nova instituição, que por sua natureza valorizava esse contingente [popular] da população”, possibilitou a eles uma inserção na sociedade (SALLES, 1990, p. 80). Porém, reconhece o autor que a mobilização não resultou em “acesso aos direitos plenos de cidadania”. As elites não conseguiram incluir as camadas populares na sociedade de forma a acomodá-las, sem gerar conflitos que levassem à crise do sistema escravista.

A primeira chamada de voluntários demonstrou um certo ardor patriótico, que não segue durante o conflito. Na verdade, “[...] o grosso da tropa foi mesmo organizado coercitivamente a partir das autoridades locais e do poder dos grandes proprietários [...]” (SALLES, 1990, p. 102). O sentimento de patriotismo não atingiu a camada popular, “[...] excluída e desprezada socialmente pelas autoridades e instituições do Império” (SALLES, 1990, p. 104-105). O povo era atraído por festas e reuniões populares em praças públicas, onde as autoridades os surpreendiam e alistavam a força.

Sobre os escravos, Salles afirma que o máximo não passou de 10% do total das tropas, e que o Exército, como instituição contrária “à estrutura de poder local da classe dominante”, dificilmente utilizaria maciça população escrava nas suas tropas. Armá-los e treiná-los em grande número poderia possibilitar um levante, e findo o conflito, teria dificuldade para absorver tal população na sociedade. Além disso, teria gastos excessivos com indenizações aos proprietários.

Devido à grande concentração de escravos nas economias agrárias e nas charqueadas do Rio Grande do Sul, o autor afirma que no caso dos substitutos, “não se pode considerar seriamente que os senhores tivessem que, em larga escala, abrir mão de seus escravos para substituir filhos e parentes mais próximos [...], [pois] [...] controlavam as próprias autoridades recrutadoras locais [...]” (SALLES, 1990, p. 69-70).

O Rio Grande do Sul foi a província que mais contribuiu para a guerra. Segundo Queiroz Duarte, “33.803 soldados, de um total de 135.580 que fizeram a guerra eram dessa província” (1980, p. 217-218 *apud* SALLES, 1990, p. 71), sendo que nesta região havia



77.419 escravos em 1863, e 67.791 em 1872. Salles lembra ainda que durante a guerra, houve grande fluxo de escravos para a economia cafeeira e como a economia charqueadora vinha em expansão, não poderiam se desfazer de tanta mão-de-obra. E havia ainda numerosa população livre sem trabalho, de onde provavelmente vinha o grosso do recrutamento (CARDOSO, 1977 *apud* SALLES, 1990, p.72).

A Bahia foi a segunda província que mais recrutou soldados, com 15.197. Do total da população, 1.500.000, 13% eram escravos (MATTOSO & ATHAYDE, 1973 *apud* SALLES, 1990, p. 72), portanto, havia grande contingente livre disponível.

Sobre o fato de escravos fugidos terem se alistado, Salles contesta que deviam apresentar sua carta de liberdade, e mesmo, “as autoridades não desejavam criar problemas e incidentes envolvendo senhores e seus escravos. [...] se é possível que houvesse escravos que buscassem sua liberdade através de sua apresentação como voluntários, este fato não deve ter sido generalizado” (1990, p. 73).

Mas a presença escrava no exército, embora não fosse majoritária, foi bem significativa, e os Voluntários foram tornados simbolicamente “patriotas que mereciam o respeito da sociedade” (SALLES, 1990, p. 74).

O exército se apresentou como garantia de espaço na sociedade aos escravos. A alforria do escravo combatente teve dois lados: “Encobrir o fato de a civilização escravista fundar parte de sua glória dos campos de batalha num segmento da população não reconhecido como portador de seus padrões culturais e morais e, ao mesmo tempo, incorporar e atender um interesse imediato destes setores, a liberdade” (SALLES, 1990, p. 75).

Sobre o terceiro e último aspecto, o exército, o autor afirma que a guerra teve um “peso decisivo na formação do Exército”, levando esta instituição a se chocar com os interesses do Império e da classe dominante escravista.

O esforço nacional da formação do Exército brasileiro acabou revelando a contradição: um caráter “nacional/cidadão e escravista”. Ocorreu assim a criação da profissão militar, “[...] efetivamente independente das origens sociais de seus quadros” (SALLES, 1990, p. 134), embora a alta hierarquia tenha feito um esforço para a manutenção da diferenciação social.

O governo imperial e os comandantes do Exército buscavam manter o controle de abusos de poder pelos oficiais, porém na prática os abusos ocorriam. Justifica o autor que a contradição norma/realidade é comum a qualquer conflito.

Os atos imorais de indisciplina das tropas, segundo a confidência de Caxias ao ministro dos Negócios da Guerra, em carta de 1868, ocorriam por três possíveis causas: a presença de ex-escravos revoltosos contra seus novos senhores (oficiais), o desgaste da



guerra afetou o bom-senso dos soldados e a autoridade dos superiores já estava comprometida.

As camadas populares não tiveram acesso à ascensão dentro do Exército, permanecendo limitado aos proprietários de terras e à classe média. Caxias defendia que as promoções deveriam ser concedidas por merecimento, e não mais por laços de privilégios. Mas “moços distintos por sãs famílias e posição” deveriam ser incorporados aos quadros do exército regular, pois ao final da guerra, “muitos deles se achariam completamente desabrigados” (Cartas, reservados e confidenciais referentes à Campanha do Paraguai, 1868-69 *apud* SALLES, 1990, p. 139). Embora a abertura da carreira militar não pudesse ser igual a todos, o “princípio de igualdade” necessário no processo de formação de um exército nacional, devia ser respeitado. Para tanto, o Estado buscou contrabalancear a presença dos ex-escravos, incorporando jovens das camadas médias no quadro de oficiais.

O autor reconhece, porém, que na transição do Exército Imperial escravista ao nacional republicano, permanece o caráter de “exclusão da maioria da população dos direitos da cidadania” (SALLES, 1990, p. 154).

JULIO CHIAVENATO E A GUERRA DO PARAGUAI

Chiavenato, em suas obras “O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai” (1980) e “Voluntários da Pátria: e outros mitos” (1983), praticamente foi o autor que instigou novas pesquisas sobre a participação dos negros no conflito da região do Prata.

Segundo o autor, algumas cidades pequenas estavam tornando-se desertas, com os homens fugindo para o mato, aderindo à ideia de que “Deus é grande, mas o mato é maior” (TAUNAY, 1948 *apud* CHIAVENATO, 1983, p. 25). Esta, porém, era a solução dos pobres, enquanto que os ricos recorriam a substitutos ou ao pagamento de indenização ao governo.

Quando o Império decidiu invadir o Uruguai, os negros tinham maior “peso social” sobre os brancos, embora não superiores numericamente, “[...] porque já são negros crioulos, isto é, nascidos no Brasil em sua absoluta maioria. Já falam português, já tiveram um treino de mais de 250 anos sobre a sociedade brasileira e manifestam uma certa inquietação libertária” (CHIAVENATO, 1980, p. 193).

Sobre os escravos alforriados para a guerra, o autor diz que se tornaram um ótimo negócio para seus senhores, e acabaram por formar a maioria dos soldados. Mancomunados com os oficiais, os escravistas apresentavam velhos e doentes ou homens que logo após fugiam.

No momento em que estouram rebeliões contra o recrutamento, e escasseiam homens livres, aumenta o número de negros forros para serem incorporados às tropas. Isso



contribui para o aumento do preço dos escravos, à medida em que o governo entra no mercado comprando negros, e nobres substituem parentes por de oito a doze escravos.

Segundo o autor, o grande número de ex-escravos nas tropas gerava receios entre a população e entre as autoridades. Em carta ao Imperador, Duque de Caxias confidenciou que “[...] nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade; e tenha lugar uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil” (CHIAVENATO, 1980, p. 207).

A matança da guerra, segundo o autor, eliminou a única arma que os negros teriam para lutar pela sua emancipação: o peso demográfico. Assim, “[...] acompanharam a campanha abolicionista sem um peso político considerável” (CHIAVENATO, 1980, p. 207).

Sobre o Exército, Chiavenato afirma que o modo de recrutamento militar através da preta de cidadãos resultou numa força militar que venceu a guerra, porém, “[...] sofrendo muito mais com as mazelas que carrega da moralidade da sociedade brasileira do que com as balas paraguaias” (CHIAVENATO, 1983, p. 36). Afinal, grande parte das tropas eram formadas por representantes das classes subalternas, além de serem soldados à mercê da coerção dos oficiais superiores.

O autor conclui que o exército em formação recebeu dos negros a força necessária para fortalecer a dinâmica democrática da instituição. O Exército foi até então a unidade desprezada das forças armadas, enquanto a Guarda Nacional, embora não muito eficiente, exercia o papel de aliança com os latifundiários.

A GUERRA DO PARAGUAI: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE SOUSA, SALLES E CHIAVENATO

Nesta seção serão retomadas as ideias dos autores referidos para realizar a comparação, identificando aproximações e distanciamentos entre as suas abordagens.

Sobre os negros livres, Sousa e Salles concordam que constantemente eram utilizados como reserva para cobrir a falta de mão-de-obra escrava na lavoura. Salles defende que havia no Império à época do conflito grande contingente livre, de negros ou mestiços, fora do “[...] setor principal da população, sem grande poder de barganha política e social e, conseqüentemente, disponível para ser recrutado” (1990, p. 77). Para Sousa, porém, não só o exército, como também a economia dependia daqueles braços reservas. E isto acirrou mais ainda o debate entre as autoridades sobre em qual parcela deveria-se firmar o recrutamento.



O recrutamento para a formação dos batalhões deve avaliar-se dentro de um prisma harmoniosamente adequado à sociedade escravista do Império. Vincular a questão do recrutamento à transição da mão-de-obra (escrava por livre) nos permite entrever o que as instituições sócio-políticas indagavam a respeito da questão do recrutamento. Não se dispunha, então, de homens livres de reserva, e se existisse tal reserva, estaria comprometida pela transição nos setores produtivos (SOUSA, 1996, p.38).

Os dois autores, juntamente com Chiavenato, concordam que o patriotismo não vingou entre as camadas populares, exceto no início do conflito. Mas, Chiavenato reforça que para escapar do serviço militar, os pobres recorriam à fuga para o mato, enquanto os ricos ou enviavam substitutos, ou ofereciam indenização ao Império.

Sousa, por sua vez, foi mais além na análise dos casos daqueles livres que fugiam ao recrutamento. Muitos desses sofriam aliciamento de senhores de terras, que ofereciam abrigo sob sua tutela, em troca de mão-de-obra gratuita, como o relato de deputado do nordeste já descrito anteriormente. O mesmo deputado ainda relatou que ouvira de um policial “[...] que felizes éramos nós se continuasse a Guerra do Paraguai, porque enquanto ela durar teremos braços livres gratuitamente” (Anais da Câmara dos Deputados, 1866 *apud* SOUSA, 1996, p. 49). Considerando as condições em que se encontravam as lavouras, com falta de trabalhadores, e o preço dos escravos que tornava a cada dia mais onerosa a manutenção do plantel, compreende-se o quanto a guerra aprofundou a crise do sistema escravista. Dos três autores em questão, este é o que mais avançou na análise destes casos.

Chiavenato, reconhecendo que embora os negros não fossem em números superiores aos brancos à época do conflito, lembra que possuíam maior peso social, pois já viviam mais de 250 anos de exploração. Isto remete ao medo que corria entre a sociedade, de uma “haitianização”.

Diferente da visão crítica de Sousa e Chiavenato, Salles julga que a inserção dos populares na instituição que estava em gestação (Exército), representou uma conquista de espaço na sociedade rumo à cidadania, mesmo que tenha sido privada de plenos direitos. Os outros dois autores reforçam a ideia de que os populares foram utilizados na linha de frente das tropas, simplesmente para engrossar os contingentes que eram formados com grande dificuldade.

A respeito do segundo aspecto – o papel dos escravos – os três autores divergem entre si. Chiavenato afirmou que a maioria das tropas imperiais era formada por escravos (1983, p. 27). Já Salles tratou de comprovar um máximo de 10% das tropas, e simplificou dizendo que naquela época era comum o recrutamento de escravos para formar as tropas (1990, p. 61-66). Independentemente da quantidade, Sousa demonstrou a importância da participação dessa parcela da sociedade no conflito, dado o debate acirrado entre os



políticos do Império sobre como e se deveria ser efetivado o seu recrutamento. Além disso, contou somente no ano de 1866, 828 libertos que provinham da corte, 48% dos libertos recebidos pelo Exército naquele ano (Ministério da Guerra, 1866 *apud* SOUSA, 1996, p. 81). Sendo que por lei, todo o escravo recrutado deveria ter carta de alforria, e naquele ano, constam apenas 221 cartas para destinar forros para a guerra, segundo o 1º, 2º, 3º e 4º ofícios da corte (Cartórios do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios, 1864/1870 *apud idem*), conclui o autor que “[...] o registro de escravos alforriados para a guerra era menor do que o total apresentado pelo Exército, o que equivale a dizer que muitos libertos foram alistados sem ter cartas de alforrias devidamente registradas.” (1996, p. 81).

Assim, Sousa derruba a tese de Salles, ao mostrar ser duvidosa qualquer afirmação sobre quantidade de escravos forros com destino ao exército, já que a lei não era cumprida. E embora Salles tenha afirmado que escravos fugidos não devem ter sido enviados à guerra, pois deveriam apresentar a carta de liberdade, Sousa contesta, com base em ocorrências policiais, que houve casos de escravos recrutados nas ruas ou no Calabouço que foram reclamados por seus senhores.

Não se pode confirmar a informação de Chiavenato de que o número de escravos mortos no conflito representou um extermínio dessa parcela da população, que os teria privado do peso demográfico, e conseqüentemente, permaneceram à margem do processo abolicionista. Salles (1990, p. 68) afirma que foi o fim do tráfico que levou à diminuição da população escrava, e não a guerra, como afirmou Chiavenato. A quantidade de escravos no mercado foi decaindo desde a abolição do tráfico internacional, em 1850, e até 1870, o valor passou de 1 000 \$ 000 (mil contos de réis) para em média 2 a 3 000 \$ 000. Sousa diverge de Chiavenato quanto à sua afirmação de que os ex-escravos que retornaram da guerra, perderam seu poder de atuação frente ao sistema escravista. A guerra, segundo Sousa, tivera papel importante na dissolução do sistema escravista, e os libertos que retornaram atuaram sim no processo abolicionista (LIMA, 1977 *apud* SOUSA, 1996, p. 52).

Sobre o terceiro aspecto – o exército – os três autores concordam que sua formação gerou conflitos que o levaram ao choque com os interesses do Império e da classe dominante escravista. Sousa afirmou que, com o Decreto n.º 3.972, em 1867, todos os cidadãos do Império passam a ser voluntários, tendo direito à gratificação. Com este, “[...] brancos e mulatos empobrecidos, escravos libertos, filhos e aparentados de políticos latifundiários [...]” (1996, p. 59), todos estavam na mesma categoria de voluntários. Esta falsa homogeneidade social da categoria é o que levou a historiografia tradicional à criação do mito, que escondia o caráter arbitrário da convocação e a diferenciação social. Mas Salles, embora reconheça as contradições, reafirma a tese do caráter cidadão da instituição, que abarcou diversas classes sociais, sem diferenciações. Porém, se contradiz



reconhecendo que a ascensão dentro do exército permanecia limitada às classes média e alta.

Sousa comprovou que na formação do exército, o recrutamento gerava desavenças entre as próprias autoridades locais responsáveis pelo processo. Segundo ele, o recrutamento arbitrário afetou até mesmo os Guardas Nacionais, que se utilizavam de diversos estratagemas para fugir ao seu dever, gerando problemas entre o governo central e o das províncias. Como exemplo, o autor cita o caso em que o ministro da Justiça envia ao presidente da província de São Paulo um comunicado para “[...] que os guardas nacionais insubordinados aos chamados para a guerra deveriam ser presos e escoltados à corte para servirem o dobro do tempo no Exército. Muitos desses guardas nacionais chegavam à corte voluntariamente acorrentados” (SOUSA, 1996, p. 61).

Chiavenato aproxima-se de Sousa em sua análise, quando afirma que as tropas eram formadas por indivíduos pobres, castigados pelas “[...] mazelas que carrega da moralidade da sociedade brasileira”. Mas Salles diminui o peso da coerção do recrutamento, e dos maus tratos praticados pelos oficiais sobre seus comandados, pois eram comuns em qualquer conflito.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou o cenário da Guerra do Paraguai, que ocorreu oficialmente entre 1864 e 1870, em que se envolveram o Brasil Imperial, a Argentina e o Uruguai, formando a Tríplice Aliança contra o Paraguai. Ressaltou também o envolvimento da Grã-Bretanha, que na época dispunha de uma poderosa marinha que a tornara potência mundial. Além desta, os Estados Unidos também se fizeram presentes, pois já estavam em ascensão e tudo o que envolvia o continente americano era de seu interesse. Apresentou uma análise crítica sobre as motivações que levaram ao conflito, onde López não fora simplesmente um tirano que decidiu declarar guerra aos Estados vizinhos, mas foi o contexto internacional na região platina que o desencadeou. Cada país envolvido agiu em determinados momentos de forma mais agressiva, de acordo com seus interesses.

A novidade trazida por esta pesquisa é um trabalho comparativo entre os autores Jorge Prata de Sousa, Julio Chiavenato, e Ricardo Salles. Apresentou as ideias de cada um dos autores, Sousa, Salles e Chiavenato, a respeito do papel dos negros livres, dos escravos e do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, buscando semelhanças ou diferenças de abordagens entre os referidos autores. Inicialmente, propôs identificar que tanto Sousa como Chiavenato ressaltam o recrutamento forçado de negros para a Guerra,



enquanto Salles alega que foram casos isolados, e dá menos importância à participação dos negros livres e escravos no conflito. Quanto ao papel do Exército, Salles defende que a instituição, embora com suas contradições, possibilitou aos negros a conquista de cidadania, enquanto Sousa e Chiavenato não concordam com a glorificação da instituição.

Ainda que não se possa afirmar que os escravos representaram a maioria das tropas dos Voluntários da Pátria, como afirmou Chiavenato, é verdade que foram recrutados massivamente pelo Império, e portanto, não se pode ignorar sua participação no conflito. Foram sujeitos que atuaram ativamente naquele momento histórico, resistindo como podiam para sobreviver ou em busca de ascensão social. Sousa comprovou que os números efetivos foram maiores do que os registros de alforrias, só na corte (cidade do Rio de Janeiro), sem contar os outros municípios do Império.

Enquanto livres, fugiam como podiam para escapar ao recrutamento, seja embrenhando-se nas matas, seja aceitando trabalhar gratuitamente na lavoura em troca de abrigo contra as autoridades. Já os escravos, antes submetidos ao poder de seus senhores, ao serem incorporados às tropas, permaneceram subjugados aos mandos e desmandos dos oficiais superiores.

Mas nem todos os recrutas viam a Guerra do Paraguai com maus olhos. Para alguns, o alistamento se apresentou como uma alternativa. Alguns escravos fugiram de seus senhores para se apresentarem como voluntários, com o objetivo de obter sua alforria ao findar do conflito. Outros escravos eram arrolados nas ruas pelas autoridades recrutadoras. Mesmo assim, na maioria das vezes, seus donos apresentavam os documentos reclamando suas posses. Mas o fato é que como a mortalidade da guerra era altíssima, a busca pela liberdade seguidamente acabava custando a vida, ou mesmo alguns membros de seu corpo.

O Exército representou uma grande contradição durante o conflito, pois surgiu como uma instituição que defendia os interesses do Estado escravista, ainda que tanto o Império, como a escravidão vinham em declínio nas últimas décadas. Mesmo que a instituição tenha reconhecido a bravura dos negros e recompensado-os com prêmios e promoções, isto não deve ser levado tão à risca. Seguidamente não eram cumpridas todas as promessas feitas pelas autoridades quando do alistamento.

Este assunto ainda carece de estudos mais aprofundados, a fim de conhecer-se plenamente quem foram os soldados recrutados aos corpos de Voluntários da Pátria, qual a porcentagem de negros livres e de escravos nas tropas Imperiais.

REFERÊNCIAS



BATISTA, Luis Cláudio. **Guerra do Paraguai: peculiaridades do recrutamento.** Disponível em:

<http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/resumos/luis_claudio_batista.pdf>. Acesso em: 09/11/2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 4. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1998, v. 1.

CHIAVENATTO, Julio José. **Os voluntários da Pátria: e outros mitos.** São Paulo: Global, 1983.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai.** SÃO PAULO: Companhia das Letras, 2002.

FERNANDES, Claudia Moraes. **Guerra do Paraguai: o discurso oficial e a participação do Maranhão (1864-1870).** Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/curso/monopdf2006/monoclaudia.pdf>>. Acesso em: 09/09/2012.

MAESTRI, Mário. **A Guerra contra o Paraguai - História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871-2002).** *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 91, 2008, dezembro. Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br/091/91maestri.pdf>>. Acesso em: 09/08/2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 17/12/2012.

PAIVA, Eduardo França. **Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas.** Disponível em:

<<http://www.esclavages.cnrs.fr/pdf/TextoEscravidaoModernaCahiersAfriocaine.pdf>>. Acesso em: 14/01/2013.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais.** In: **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre, v. 9, 1998. p. 49-87. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/373.pdf>>. Acesso em: 15/01/2013.

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: MAUAD-ADESA, 1996.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. **A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Tecnoprint, 2001.